

Medicação não é solução para tudo

Nas escolas da RAM existe um psicólogo para cada 760 alunos, número ligeiramente aquém do recomendado. Ordem defende reforço dos psicólogos e diz que medicação não resolve todos os problemas de comportamento

Lembra-se do seu primeiro dia de escola? E do último? Certamente que se lembra do seu melhor amigo(a), das brincadeiras do recreio, das paixonetas juvenis e dos professores que o marcaram. Talvez até se lembre da sua melhor nota ou daquela negativa... Mas por pior que seja a sua memória, é importante não esquecer: “O percurso escolar envolve muitos desafios e tarefas com que os jovens têm de lidar”.

“Regular o seu comportamento, evitar comportamentos de risco, gerir emoções, relacionar-se socialmente, estudar de forma eficaz” são alguns dos dilemas da vida dos estudantes, expõe Renato Carvalho, presidente da Direcção Regional da Madeira da Ordem dos Psicólogos (OPP).

Associadas a estas questões ‘normais’ do processo de crescimento surgem as perturbações psicológicas na infância e na adolescência, como é o caso da hiperactividade e, por conseguinte, a necessidade de encontrar respostas adequadas para estes problemas.

Irrequieto não é sinónimo de hiperactivo

A hiperactividade é uma perturbação clínica, que se caracteriza por sintomas persistentes de hiperactividade, impulsividade e falta de atenção e que afecta cerca de 3 a 7% da população em idade escolar, a nível nacional e internacional (e a Região também está em linha com estes valores).

Em relação a esta patologia, Renato Carvalho sublinha que é importante fazer a “distinção entre o normal e o patológico”.

mais ‘irrequieta’ ou activa, por exemplo devido ao seu temperamento e sem que isso signifique que tem alguma perturbação. Simplesmente tem aquele funcionamento”, explica o psicólogo.

“Claro que isto pode ser problemático em certas circunstâncias, sobretudo se pensarmos como funciona a escola”, ressalva. “Mas não é uma perturbação clínica”, insiste.

Por outro lado, alerta: “Se a intensidade, a frequência e a duração dessa irrequietude for tal que interfere significativamente com a capacidade da criança realizar qualquer tarefa e organizar-se no seu dia-a-dia, naturalmente que estamos numa situação de perturbação, que precisa de ser avaliada e sobre a qual deve haver intervenção”.

Na opinião do presidente da Delegação Regional da OPP, a natureza desta intervenção, sobretudo o recurso aos fármacos, deve ser “bem avaliada (...) num plano clínico e educativo, por profissionais”.

“Normalmente, as intervenções de natureza psicológica, psicoeducativa e educativa são as de primeira linha. Se pela sua severidade e/ou pela sua origem, a perturbação justificar uma intervenção farmacológica, então ela deve existir”, refere. Mas deixa um alerta para toda a comunidade: “O recurso à medicação não pode ser uma panaceia ou a solução para tudo ou quando nos deparamos com a primeira dificuldade. Em muitos casos, de natureza clínica, justifica-se; mas noutros, onde há questões que têm a ver, por exemplo, com práticas parentais ou

problemas de contexto (familiar ou como funciona a escola) que explicam melhor os comportamentos da criança ou do jovem, a medicação nunca irá substituir ou resolver o problema”.

“Não podemos ficar com a ideia que há um comprimido mágico que irá resolver o problema e nos demitirmos da situação. Ou, como dizia há tempos uma encarregada de educação, ‘tomar uma pastilha para passar a se portar bem’”, reitera.

23 mil crianças medicadas para a hiperactividade em Portugal

O uso de medicação em crianças é, com efeito, uma questão que está a marcar actualidade nacional, tendo sido recentemente levada ao Parlamento.

Na origem do debate, está um projecto de lei e vários projectos de resolução do PAN (Partido Pessoas - Animais - Natureza), que quer proibir os médicos de prescreverem medicamentos para a hiperactividade e défice de atenção em crianças com menos de seis anos.

Em Portugal, calcula-se que 23 mil crianças estejam medicadas para a hiperactividade com défice de atenção. No ano passado, o último relatório do Programa Nacional para a Saúde Mental já alertava para o excesso de medicação em Portugal.

O próprio bastonário da Ordem dos Psicólogos, Francisco Rodrigues, veio a público pronunciar-se sobre tema, salientando que a medicação em idade precoce pode mesmo comprometer o desenvolvimento da criança e defen-

do, em alternativa, um investimento nos cuidados de saúde primários por parte do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

O DIÁRIO foi tentar perceber como é que esta situação se transpõe para a realidade regional: Há ou não falta de psicólogos nos cuidados de saúde primários, concretamente, nas escolas da Região?

Madeira garante psicólogos nas escolas do 2.º e 3.º ciclo

De acordo com a Secretaria Regional da Educação (SRE), tendo em conta o número total de alunos na RAM, o rácio de psicólogos da nossa Região é de um para cerca de 760 alunos. O rácio recomendado internacionalmente e também assumido pela Ordem dos Psicólogos Portugueses é de um psicólogo para cada 700 alunos, pelo que pode considerar-se que a realidade regional se aproxima daquele rácio.

De referir, que não existe (na lei portuguesa) obrigatoriedade de existência de psicólogos nas escolas. Não obstante, a generalidade das escolas do 2º e 3º ciclo da Região tem pelo menos um psicólogo.

“Garantir que todas as escolas de 2.º e 3.º ciclos e secundário tenham pelo menos um psicólogo exclusivamente para trabalhar como os alunos das suas escolas” é, aliás, a política assumida pela SRE.

De salientar que, ao nível do pré-escolar e 1.º ciclo, a intervenção é feita pelos psicólogos colocados nos Centros de Recursos Educativos Especializados (CREE), de âmbito concelhio. Tal justifica-se, quer pelo elevado número de escolas (cerca de 90 escolas), quer pela reduzida dimensão de algumas delas.

O número de psicólogos por cada CREE é determinado em função da dimensão do concelho em termos de número de alunos e cada técnico acompanha em média quatro escolas de 1.º ciclo.

Neste momento, há 55 psicólogos a trabalhar directamente nas escolas da RAM, sendo que desses, 31 estão afectos a escolas de 2.º e 3.º ciclos e secundário e 24 afectos aos CREE. Este ano lectivo há ainda cinco psicólogos estagiários em apoio ao 1.º ciclo.

De referir ainda que neste momento, está em fase de conclusão um concurso público para duas vagas em psicologia, para a Direcção Regional de Educação. Com a admissão destes elementos, a secretaria acredita que “será possível melhorar ainda mais o rácio e as necessidades de resposta à população escolar”.

Cobertura é “indicador positivo”, mas “não é um fim”

Para Renato Carvalho isto significa que “o sistema educativo na Região

apresenta uma cobertura de serviços de psicologia”. No entanto, diz que “é importante sublinhar que a diversidade de tarefas e de solicitações que caracteriza o trabalho de um psicólogo numa escola faz com que em vários casos, haja carências”.

Veja-se o exemplo: “Se pensarmos em fazer uma intervenção vocacional completa numa escola que tem 10 turmas de 9º ano, ou se pensarmos que pode haver um psicólogo numa escola com 2 mil alunos, ou ainda que há situações de incerteza nos serviços e nas colocações, vemos que há aqui aspectos que precisam de ser vistos”.

Por outras palavras, “os madeirenses têm acesso a diferentes serviços de psicologia, na educação e na saúde, num cenário que, comparativamente a outras regiões, é positivo”. “Este é um indicador positivo”, realça, “mas não é um fim em si mesmo”.

O psicólogo clarifica que “persistem necessidades em sectores onde, para além das múltiplas solicitações aos profissionais, é frequentemente possível ter uma primeira consulta, mas nas seguintes há maior dificuldade”.

“Isto justifica o reforço de profissionais. Além de que não podemos ignorar que os profissionais já existentes têm de ter condições para exercer. Em suma, temos de trabalhar para fazer com que os rácios favoráveis se convertam em formas de intervenção e resultados também cada vez mais favoráveis, conclui.

Desmotivação, indisciplina, ansiedade e depressão

Em relação aos principais problemas que afectam os alunos madeirenses na infância e na adolescência, o presidente da Delegação Regional da Ordem dos Psicólogos considera que “é de assinalar a questão da ausência de motivação e do ‘desligamento’ em relação à escola que se tem vindo a identificar”.

Renato Carvalho explica que, em alguns casos, esta desmotivação está relacionada com as próprias características do sistema educativo; noutras prende-se com questões de na-

tureza pessoal, familiar ou social.

Paralelamente, destaca “as questões de indisciplina e problemas de comportamento”, por um lado, e “a ansiedade e alterações de humor (sintomatologia depressiva)”, por outro. No que toca a este último ponto, o terapeuta nota que os sintomas de depressão são mais comuns em “alunos que passam mais despercebidos”.

“Muito frequentemente não são os alunos mais barulhentos ou mal comportados que estão em maior sofrimento psicológico”, destaca.

4 NÚMEROS Psicólogos no sistema educativo na Região

1/760

Rácio de psicólogos/aluno na RAM;
1/700 é o rácio recomendado

55

Psicólogos a trabalhar, neste
momento, directamente nas
escolas da RAM

31

Psicólogos afectos a escolas
de 2.º e 3.º ciclos e secundário

24

Psicólogos colocados nos Centros
de Recursos Educativos
Especializados (CREE)

In “*Diário de Notícias*”